



Demonstrações Financeiras

1º Trimestre de 2020
(em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL INTERMEDIÁRIO
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/03/2020	31/12/2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/03/2020	31/12/2019
Circulante		<u>720.250</u>	<u>640.686</u>	Circulante		<u>523.901</u>	<u>503.642</u>
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	643.637	561.662	Salários, provisão e encargos sociais.....	16	55.054	54.969
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	6	12.764	12.573	Fornecedores e prestadores de serviços.....		6.781	10.100
Contas a receber de clientes, líquidas	7	49.588	49.285	Impostos e contribuições	17	28.909	23.864
Estoques.....		415	463	Plano de pensão	18	1.794	1.784
Créditos tributários.....	8	6.145	8.215	Obras efetuadas por arrendatários	19	18.467	18.026
Outros créditos.....	15	7.701	8.488,00	Provisão trabalhistas, cíveis e tributários	20	372.429	367.025
				Provisão Plano Deslig.Incentivado Voluntário - PIDV.....	21	16.386	2.772
				Parcelamento processos trabalhistas, cíveis e tributários.....		-	299
				Outras obrigações	24	24.081	24.803
Não Circulante		<u>2.366.555</u>	<u>2.369.509</u>	Não Circulante		<u>2.474.307</u>	<u>2.454.623</u>
Realizável a Longo Prazo		<u>684.951</u>	<u>677.112</u>	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	20	120.265	116.615
Contas a receber de clientes, líquidas	7	36.012	27.607	Receita diferida.....	22	305.552	311.978
Partes relacionadas.....	9	6.955	7.294	Obras efetuadas por arrendatários	19	99.522	101.558
Depósitos judiciais	10	156.765	147.611	Provisão Plano de Pensão - Déficit.....	18	1.098.050	1.082.028
Bens destinados à alienação.....	11	244	243	Créditos da União para aumento de capital.....	23	850.918	842.444
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	31	484.644	493.666				
Outros créditos.....	15	331	691				
				Patrimônio Líquido		<u>88.597</u>	<u>51.930</u>
Imobilizado	12	1.675.700	1.685.792	Capital social.....	25	1.414.100	1.414.100
Intangível	13	5.904	6.605	Prejuízos acumulados.....		(1.222.542)	(1.259.209)
				Outros Resultados Abrangentes.....		(102.961)	(102.961)
TOTAL DO ATIVO		<u>3.086.805</u>	<u>3.010.195</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.086.805</u>	<u>3.010.195</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DO RESULTADO
(em milhares de reais)

	Nota	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Receita Líquida	26	246.332	235.662
Custo dos produtos e dos serviços prestados.....	27	(82.759)	(86.877)
Lucro bruto		163.573	148.785
Outras receitas (despesas) operacionais		(87.890)	(54.071)
Despesas administrativas e gerais	28	(45.550)	(49.309)
Outras receitas operacionais	29	354	367
Outras despesas operacionais	30	(42.694)	(5.129)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		75.683	94.714
Resultado financeiro		(1.765)	(7.374)
Receitas financeiras	31	9.772	6.078
Despesas financeiras	31	(11.537)	(13.452)
Lucro (prejuízo) operacional		73.918	87.340
Imposto de renda e Contribuição Social.....	32	(37.251)	(32.602)
Corrente		(28.229)	(23.490)
Diferido.....		(9.022)	(9.112)
Lucro antes da participação dos empregados.....		36.667	54.738
Participação dos empregados no lucro.....	33	-	-
Lucro (Prejuízo) do exercício		<u>36.667</u>	<u>54.738</u>
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES		0,13	0,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS PERÍODOS FINDOS EM 31/03/2020
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
			RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS		
SALDOS EM 31/12/2018	1.414.100	-	-	-	(1.386.844)	27.256
Ajuste por transferência do patrimônio de porto administrado.....	-	-	-	-	40.347	40.347
Resultado do exercício.....	-	-	-	-	87.288	87.288
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Plano de Pensão.....	-	(102.961)	-	-	-	(102.961)
SALDOS EM 31/12/2019	1.414.100	(102.961)	-	-	(1.259.209)	51.930
Resultado do exercício.....	-	-	-	-	36.667	36.667
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Plano de Pensão.....	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31/03/2020	1.414.100	(102.961)	-	-	(1.222.542)	88.597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DOS FLUXOS DE CAIXA
(em milhares de reais)

	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais		
Valores recebidos de clientes	265.940	276.363
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços	(34.303)	(34.951)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios	(66.824)	(66.476)
Valores pagos de encargos sociais	(18.670)	(19.369)
Valores pagos de contingências	(12.164)	(22.466)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL	(24.859)	(33.020)
Valores pagos de imposto de renda e contribuição social	(22.251)	(23.382)
Valores pagos de juros	(135)	(323)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	(2.722)	(5.043)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	84.012	71.333
Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(2.064)	(4.682)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(2.064)	(4.682)
Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos		
Recursos de acionistas	26	6
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos ...	26	6
Aumento (redução) nas disponibilidades	81.974	66.657
Saldo inicial de caixa e equivalentes	561.662	206.440
Saldo final de caixa e equivalentes	643.637	273.097
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	81.974	66.657

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INTERMEDIÁRIAS DE 31/03/2020**

(em milhares de reais, exceto pela nota nº 33)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autoridade Portuária de Santos S/A, doravante denominada "SPA" ou "companhia", é uma empresa pública, com 99,99999984% do capital integralizado pela União com prazo de duração indeterminado, que se rege pelas normas de direito privado e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Estatuto Jurídico das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais alterações posteriores e por seu Estatuto Social. A SPA administrou a partir de 29/12/2015, através do Convênio 001/2015, o Terminal Pesqueiro de Laguna/SC, sendo que em 16/10/2019 o referido convênio foi rescindido com o Ministério da Infraestrutura através do Extrato do Termo de Rescisão Amigável nº 001/2019, que celebraram a União, por intermédio do Ministério da Infraestrutura, e a Autoridade Portuária de Santos S/A.

Em agosto de 2019 a Autoridade Portuária de Santos S/A, foi qualificada pelo Governo Federal para ser desestatizada através do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI). Desta forma, a previsão é de que os estudos para desestatização sejam aprovados até 2021 e todo esse processo seja concluído até 2022.

Impactos do COVID-19: Importante destacar que, mesmo antes do anúncio da COVID-19 como surto pandêmico em março de 2020, a autoridade portuária de Santos vem atuando de forma diligente e proativa, no sentido de planejar e executar uma série de medidas para o enfrentamento da crise. Uma ação relevante foi a realização de forma pioneira no Brasil, em conjunto com a ANVISA, os Órgãos de Vigilância Epidemiológica Estadual e Municipal e a Praticagem, além de outras autoridades e entidades que acompanharam a simulação a convite da APS, de um Exercício Simulado nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2020, com o propósito de validar os procedimentos de resposta diante da identificação de caso suspeito de COVID-19 a bordo de embarcação destinada ao Porto de Santos.

Com a evolução da crise do novo coronavírus, a companhia vem adotando uma série de medidas tempestivas visando preservar a saúde de seus colaboradores e as atividades do complexo portuário de Santos.

Instituímos uma Célula de Crise, de caráter multidisciplinar e em contato direto com as principais autoridades do Porto (Capitania dos Portos de São Paulo - CPSP, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, Polícia Federal - PF), para monitorar constantemente os riscos advindos da evolução da pandemia, assim como planejar e implementar ações coordenadas que se façam necessárias para prevenir ou mitigar os efeitos.

Dentre as diversas ações em curso visando a preservação da saúde de nossos funcionários, destacamos: (1) Implementação do tele trabalho (Home Office) para o maior número possível de empregados; (2) obrigatoriedade para que todos os integrantes de grupos de risco não exerçam suas atividades presencialmente; (3) Adoção de todos os EPIs pertinentes e regras de distanciamento para os funcionários que estejam trabalhando fisicamente; (4) Adequação nas rotinas de limpeza, incluindo esterilização e sanitização de mobiliários e instalações; e (5) Ações de comunicação, conscientização e formação de multiplicadores de informações nos postos de trabalho.

Vale ressaltar que a companhia conta com sólida condição financeira para o enfrentamento dessa crise, como pode ser observado pelos indicadores de liquidez corrente (ativo circulante superior ao passivo circulante) de 1,37 e liquidez imediata (ativo circulante excluindo estoques e contas a receber superior ao passivo circulante) de 1,28.

Para as contas a receber, como resultado das análises, não foi identificada necessidade de constituir provisões adicionais nas operações até o presente momento.

O impacto final na economia global ainda é incerto, mas espera-se que seja significativo. Em que pese esse ambiente extremamente desafiador, as atividades do Porto de Santos mantiveram ritmo acelerado durante o mês de abril, tendo sido beneficiado pelo elevado nível de exportações verificado no período (cerca de 28% da balança comercial brasileira passa pelo Porto de Santos em média). Considerando o perfil e diversificação das exportações nacionais e a força do agronegócio brasileiro, é possível que as atividades da companhia demonstrem resiliência acima da média quando comparado com outros setores da economia.

De toda forma, seguimos permanentemente avaliando as evoluções da crise e seus possíveis impactos em nossos negócios, cientes que esse é um evento inédito, sem precedentes e por isso precisamos ter o nível de alerta máximo para superar todas as dificuldades, preservando a saúde de nossos colaboradores diretos e indiretos, além da manutenção da saúde financeira e dos resultados da APS.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e Pronunciamentos Contábeis do CPC, exceto pelo disposto na Nota Explicativa nº 4.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Base de preparação: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.

Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), moeda funcional da sociedade e de apresentação.

Instrumentos financeiros:

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade

O CPC 48 (IFRS 9) estabelece requerimentos para a classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros.

a) Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (Impairment):

O CPC 48 substitui o modelo de perda incorrida estabelecido pelo CPC 38 pelo modelo de perda esperada. Perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis.

b) Classificação e mensuração de ativos financeiros:

O CPC 48 estabelece três categorias para classificação de ativos financeiros: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo. O CPC 48 eliminou as seguintes categorias estabelecidas pelo CPC 38: mantidos até o vencimento, para negociação e disponíveis para venda.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Contas a receber: Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço.

Redução ao valor recuperável (Impairment):

Perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis. Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais, considerando também parecer dos advogados da companhia nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas no CPC-48.

Estoques: materiais utilizados para consumo nas atividades, calculados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o custo de reposição, conforme CPC 16.

Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizados 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem.

Partes Relacionadas Parte relacionada é a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade, conforme Política de Transações com Partes Relacionadas da APS, aprovada pelo Conselho de Administração em 28/03/2018.

Empréstimos e financiamentos: reconhecidos pelo valor justo, no momento dos recebimentos dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações financeiras.

Férias: As férias e seus respectivos encargos sociais foram calculados em função dos direitos adquiridos até o final do exercício.

Passivo circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações financeiras.

Operações de Arrendamento Mercantil – IFRS 16 – CPC 06 (R2): O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

A companhia adotou as isenções previstas na norma relativas ao reconhecimento de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente é de baixo valor, não havendo impacto tributário no ano calendário de 2019.

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro– IFRIC 23 /ICPC 22 – IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Não foram identificados impactos materiais na adoção do IFRIC 23.

Receita Diferida: A companhia possui em vigência diversos contratos de arrendamento, nos quais os arrendatários efetuam pagamento à Autoridade Portuária em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Os valores recebidos antecipadamente são contabilizados como receita diferida e reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

Provisões, ativos e passivos contingentes:

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível. Os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e é efetuado o seu reconhecimento.

Imposto de Renda e contribuição social corrente:

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no final do período que está elaborada as demonstrações financeiras.

Imposto de Renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, considerando as alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras. O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos fiscais não utilizados quando seja provável a existência de lucro tributável.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre o contas a receber liquidados após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com empréstimos ou outras transações financeiras.

Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use estimativa e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

Demonstração do valor adicionado: tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e conforme disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, as outras receitas e os efeitos da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, inclusive os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos da depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os registros contábeis não atendem ao disposto conforme abaixo:

CPC 04 e CPC 27 – O estudo para revisão da vida útil e recuperabilidade dos bens integrantes destes ativos, não foi concluído até a data de encerramento das demonstrações financeiras, porém, já está em fase de licitação e previstos para ocorrerem em breve.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

O conceito de Caixa e Equivalentes de Caixa engloba, além das disponibilidades propriamente ditas (caixa e bancos), valores que possam ser convertidos em dinheiro, no curto prazo, sem riscos. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo e devem ter conversibilidade imediata.

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	9.298	13.876
Aplicações financeiras	634.339	547.786
Total	<u>643.637</u>	<u>561.662</u>

b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa, pois, conforme Resolução 3284 de 25/05/2005, alterada pela Resolução 4034, de 30/11/2011, do BACEN, a aplicação das disponibilidades somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, que são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de mercado/realização.

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fundo de renda fixa – BB	317.563	269.660
Fundo de Renda fixa – CEF	316.776	278.126
Total	<u>634.339</u>	<u>547.786</u>

6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal através do Banco do Brasil remete valores previstos no orçamento de investimentos da SPA, cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa nº 23 complementa a informação em relação aos valores recebidos em 2019. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, os recursos são utilizados estritamente para pagamento de obras ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento com recursos do tesouro nacional, dessa forma estão informados como valores vinculados à aplicação em obras de infraestrutura e não integram as disponibilidades no fluxo de caixa. Das obras apontadas abaixo, o Alinhamento de cais no Porto de Santos está concluída e as demais estão

paralisadas, mas com estudos sobre sua continuidade. Para projetos encerrados ou cancelados, será pedido a União que remaneje os valores para outros investimentos.

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valores Vinculados à aplicação em infraestrutura		
Alinhamento de cais no Porto de Santos (SP)	59	58
Sistema de apoio de gestão de tráfego de navios (SP)	6.876	6.876
Sistema portuário de monitoramento de cargas	2.000	2.000
Gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos	3.632	3.632
Subtotal	12.567	12.567
Rendimentos financeiros	197	6
Saldo Total	<u>12.764</u>	<u>12.573</u>

Por vezes, a APS necessita cumprir suas obrigações contratuais com seus fornecedores referentes à aplicação em infraestrutura sem o devido recebimento deste valor por parte do Governo Federal. Referente ao exposto anteriormente, em 31/03/2020 à companhia é credora do valor de R\$ 609.444,01 (R\$ 610.680,08 em 31/12/2019), conforme quadro abaixo:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Investimentos em Infraestrutura		
- Reforço do cais entre os armazéns 12 e 23	98	100
- Avenida Perimetral - Santos	511	511
Total	<u>609</u>	<u>611</u>

7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valores a receber de serviços prestados	140.834	132.126
Valores a Receber de empresas em recuperação judicial	15.275	15.275
(-) Perdas esperadas c/créditos liquidação duvidosa	(70.509)	(70.509)
Total	85.600	<u>76.892</u>
Circulante	49.588	49.285
Não Circulante	36.012	27.607

Na conta (PECLD) estão incluídos apenas empresas com processos judicializados, pois, as perdas normais das atividades da empresa não têm materialidade relevante. O procedimento contábil está em conformidade com as orientações contidas no CPC 48 – Instrumentos Financeiros. O item Valores a Receber de empresas em recuperação judicial é referente a créditos em aberto com o Grupo Rodrimar.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento da natureza dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo, sendo que a redução do valor de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL se deve a utilização do mesmo em 2020.

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	-	2.111
Impostos retidos sobre faturamento	134	92
Contribuição Social s/LL Pago a Maior	1.657	1.657
Imposto de Renda a Restituir	4.229	4.230
FGTS pago a maior	125	125
Total	<u>6.145</u>	<u>8.215</u>

9. PARTES RELACIONADAS

Parte relacionada é a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. E transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação, conforme CPC 05.

Os recursos repassados pelo Porto de Santos ao Terminal Pesqueiro de Laguna/SC, que foi administrado pela SPA conforme mencionado na nota explicativa nº 1, podem ser reembolsados pelo Ministério da Infraestrutura. Como esta questão está sendo tratada entre as partes e a companhia pode não recebê-los, foi constituída uma provisão com o título de valores contestados com esta quantia. Os créditos relativos aos demais órgãos se referem exclusivamente a ressarcimento de colaboradores cedidos.

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ministério da Infraestrutura	51.865	52.359
(-) Valores contestados	(45.462)	(45.463)
Ministério da Economia em Itajai/SC	18	17
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	99	84
Ministério do Trabalho	435	297
Total	<u>6.955</u>	<u>7.294</u>

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os depósitos recursais visam garantir o recurso de sentença e sua recuperação pode ser considerada remota e os valores estão assim segregados por sua natureza:

Detalhe	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Depósitos Recursais Cíveis	23.029	22.046
Depósitos Recursais Trabalhistas	126.546	118.375
Depósitos Recursais Tributários	2.960	2.960
Ações Regressivas Trabalhistas	4.230	4.230
Total	<u>156.765</u>	<u>147.611</u>

11. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

O valor corresponde aos bens baixados do ativo imobilizado são classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através de leilão, cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo licitatório será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

12. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	TAXAS DE DEPRECIÇÃO (%)
Mobiliário em geral	1.566	1.617	10,0
Veículos	711	740	10,0
Máquinas, motores e aparelhos	5.555	5.875	3,33 a 10,0
Equipamentos diversos	1.553	1.600	3,33 a 10,0
Outros bens móveis	93	96	4,0 a 12,5
Equipamentos de informática	8.587	8.944	20,0
Edifícios	29.100	29.391	2,0
Instalações	734.404	737.352	1,43 a 10,0
Vias de acesso terrestre	164.478	167.234	1,43 a 6,67
Infraestrutura terrestre	19.414	19.664	1,43 a 6,67
Infraestrutura aquaviária	94.435	94.435	-
Outras construções	535.349	537.801	1,43 a 6,67
Terrenos	29	29	-
Obras em andamento	49.615	49.305	-
Bens móveis industriais	4.496	4.623	3,33 a 10,0
Bens imóveis industriais	26.315	27.086	3,33 a 10,0
Total	<u>1.675.700</u>	<u>1.685.792</u>	

13. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 5.904 (R\$ 6.605 em 31/12/2019) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos estão sendo amortizados pela vida útil estimada de até dez anos.

14. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da SPA e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-2019 a 30-04-2020.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da autoridade portuária, previstas na lei 12.815, de 05/06/2013.

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Riscos operacionais	427.492	427.492
Automóveis	3.649	3.649
Responsabilidade civil	30.000	30.000

15. OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Renegociação de faturas a receber	5.750	6.654
Férias a apropriar	1.069	1.391
Sinistros cobertos por apólice	292	292
Plano de Saúde	560	514
Diversos	235	202
Prefeitura de Santos	126	126
Total	<u>8.032</u>	<u>9.179</u>
Circulante	7.701	8.488
Não Circulante	331	691

Renegociação de faturas é composto por faturas emitidas e não pagas, para as quais foram feitos acordos de pagamento parcelados.

16. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS.

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Salários a pagar	11.063	11.372
Benefícios a empregados – Férias	33.209	35.973
Benefícios a empregados – 13º salário	4.264	-
Encargos sociais	6.399	7.505
Remuneração variável de administradores – 2017	119	119
Total	<u>55.054</u>	<u>54.969</u>

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias– ICMS	501	580
Retenção de tributos federais– Lei 10.833/03	1.480	904
Retenção para seguridade social – INSS	410	352
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	5.396	8.658
Programa de integração social – PIS	1.589	1.275
Contribuição financiamento seguridade social–COFINS	7.364	5.899
Imposto sobre serviços – ISS	1.288	964
Imposto de Renda e Contribuição Social	10.881	5.232
Total – Circulante	<u>28.909</u>	<u>23.864</u>

18. PLANO DE PENSÃO

A gestão do plano de previdência complementar patrocinado pela companhia é responsabilidade do Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, criado em abril de 1979 para administrar o Plano de Benefícios dos empregados do sistema portuário brasileiro. O Portus é fiscalizado pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão – PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda. O Portus administra um único plano de benefício – Plano de Benefício Portus 1 PBPI–, fechado para adesões desde 2011, estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefício – CNPB da Previc sob o nº 19.780.055– 29 e multipatrocinado por 14 empresas, dentre as quais 13 de natureza pública (08 Federais, 04 Estaduais e 01 Municipal) e 01 de direito privado (próprio Portus), e sob Intervenção Federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 23/08/11. O déficit atuarial da SPA apontado no Balanço Patrimonial e nos quadros abaixo de R\$ 1,082 bilhão, calculado seguindo o CPC 23, será equacionado conforme as regras estabelecidas no Plano de Equacionamento do Déficit (PED), aprovado pelo Conselho de Administração da SPA (em sua 578ª Reunião realizada em 20/02/2020) com a supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). As contribuições extraordinárias a serem efetuadas de forma paritária entre patrocinadoras e participantes para equacionar o déficit do plano de pensão irão se iniciar no ano calendário de 2020. As informações atuariais, de responsabilidade de empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda, estão apresentadas abaixo:

Premissas:

Premissas adotadas (final do ano)	31/03/2020	2019
1. Taxa de desconto (nominal)	6,853%	6,853%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	6,853%	6,853%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	4,000%	4,000%
4. Indexador do benefício (apenas inflação)	3,500%	3,500%

Base de dados:

	31/03/2020	2019
Participantes ativos (passivo principal)	377	377
Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	4.094	4.094
Aposentados	2.511	2.511
Pensionistas	1.583	1.583
Número total de participantes	4.471	4.471
<i>Duration</i> da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	10,58	10,58

Formação do Déficit:

	2020	2019
Saldo do passivo atuarial – início de exercício	979.067	922.418
(+) Custo do benefício definido – efeito no resultado	19.931	73.542
(-) Pagamento de contribuições	(3.909)	(16.893)
(+)/(–) Remuneração atuarial – efeito no PL	102.961	102.961
Saldo do passivo atuarial	1.098.050	1.082.028

Valor Justo dos Ativos do Plano:

	31/03/2020		2019	
1. Principais Categorias de Ativos (%)				
2.a Disponível	658	0,18%	658	0,18%
2.b Realizável	57.103	15,43%	57.103	15,43%
2.c Títulos Públicos	38.748	10,47%	38.748	10,47%
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	0,00%	-	0,00%
2.e Ações	107.283	28,96%	107.283	28,96%
2.f Fundos de Investimentos	39.860	10,77%	39.860	10,77%
Renda Fixa	39.618	10,70%	39.618	10,70%
Imobiliário	242	0,07%	242	0,07%
2.g Investimentos Imobiliários	115.982	31,33%	115.982	31,33%
2.h Empréstimos e Financiamentos	-	0,00%	-	0,00%
2.i Outros - Depósitos Judiciários	10.627	2,87%	10.627	2,87%
Total Ativo	370.182	100,00%	370.182	100,00%
(-) Contribuições Contratadas em atraso	(8.828)		(8.828)	
(-) Uso Próprio	(5.654)		(5.654)	
(-) Exigível Operacional	(18.652)		(18.652)	
(-) Exigível Contingencial	(15.680)		(15.680)	
(-) Fundo Previdencial	(40.348)		(40.348)	
(-) Fundo de Investimento	(6.798)		(6.798)	
(-) Fundo administrativo	(69.664)		(69.664)	
Valor Justo dos Ativos (Total)	204.558		204.558	
Valor Justo dos Ativos	204.558		204.558	
Percentual rateio	658		658	
Valor Justo dos Ativos	57.103		57.103	

Outras premissas atuariais materiais:

Outras premissas atuariais materiais (Descrição)	31/03/2020	2019
Rotatividade projetada dos empregados	Não Disponível	Não Disponível
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss

Conciliação da obrigação de benefício definido – Segregado 2020

	ATIVOS	INATIVOS
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	534.943	534.943
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(1.838)	(1.838)
3. Custo dos juros	48.658	48.658
4. Contribuições de participantes do plano	6.219	6.219
5. Benefícios pagos	-	-
6. (Ganho) / perda atuarial	(232.130)	(232.130)
6.a. Ganho / (perda) atuarial - mudança de premissas	93.430	93.430
6.b. Ganho / (Perda) atuarial - ajuste de experiência	(54.847)	(54.847)
6.c. Ganho / (Perda) atuarial - Redução de Direitos	(270.713)	(270.713)
11. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	355.851	355.851

Análises de Sensibilidade

Detalhamento	Tábua biométrica		Taxa de juros		Posição em 31/12/2019
	10%	-10%	0,25%	-0,25%	
Valor presente da obrigação atuarial do plano	1.449.051	1.509.889	1.447.280	1.510.462	1.478.256
Valor justo dos ativos do plano	105.810	105.810	105.810	105.810	105.810
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(1.343.241)	(1.404.079)	(1.341.469)	(1.404.651)	(1.372.445)
Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos	679.869	679.869	679.869	679.869	679.869
Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	127.082	132.417	126.926	132.467	129.643
(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	(536.290)	(591.792)	(534.674)	(592.315)	(562.933)
Efeito compartilhamento de riscos - participantes	276.672	305.306	275.838	305.575	290.417
(Passivo) / Ativo líquido a ser Reconhecido	(1.066.569)	(1.098.773)	(1.065.631)	(1.099.076)	(1.082.028)
Variações:					
Varição da obrigação atuarial	-1,98%	2,14%	-2,10%	2,18%	
Varição do Passivo/Ativo líquido	-1,43%	1,55%	-1,52%	1,58%	

19. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do porto organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas de “sítio padrão”, conforme a seguir descritas:

- a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);

b) Sítio de Retro Área: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos abaixo, cujas áreas existiam investimentos negativos, ou seja, necessidade de investimentos para que se atinjam as condições mínimas exigidas nas regras descritas no “Sítio Padrão”, tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores dessas obras, que foram realizadas pelo arrendatário, são ressarcidos pela administração portuária, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente, a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas.

A composição do débito está demonstrada no quadro abaixo:

Arrendatário	Saldo 31/12/2019	Correção 2020	Pagamentos 2020	Saldo 31/03/2020
Brasil Term. Portuário S.A Contrato 24/2001 Até 01/2027 – IGP-M	111.673	2.829	(3.952)	110.550
Ecoporto Santos S/A Contrato 28/1998 Até 06/2023 – TJLP	7.911	101	(573)	7.439
Total	<u>119.584</u>	2.930	(4.523)	<u>117.989</u>
Circulante	18.026			18.467
Não Circulante	101.558			99.522

20. PROVISÃO TRABALHISTAS, CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. Atualmente a empresa não possui riscos relevantes tributários e, por esta razão, não possui provisão tributária. Com base em informações do departamento jurídico é efetuada uma análise das demandas judiciais pendentes e constitui provisão em montante para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

Movimentação	Provisão Trabalhista	Provisão Cível	TOTAL
Saldo em 31/12/2018	208.985	180.341	389.326
(+) Adições	47.188	90.855	138.043
(-) Reversão e utilização	(27.229)	(16.501)	(43.730)
Saldo em 31/12/2019	228.944	254.695	483.639
(+) Adições	6.056	6.641	12.697
(-) Reversão e utilização	(3.642)	-	(3.642)
Saldo em 31/03/2020	<u>231.358</u>	<u>261.336</u>	<u>492.694</u>
Circulante	214.257	158.173	372.429
Não Circulante	17.101	103.163	120.265

Provisão trabalhista

Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas, cuja probabilidade de perda é considerada provável pelo departamento jurídico.

Provisão cível

Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso, ações judiciais de indenizações e lucros cessantes.

Provisão Tributária

A empresa não se utiliza de recursos jurídicos para recolher os tributos de forma diferenciada do previsto na legislação. Portanto, não existem fatos geradores que ensejam a constituição de provisão para recolhimentos efetuados em desacordo com a legislação. A exceção ao mencionado é em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, que as Prefeituras Municipais de Santos e Guarujá entendem incidir sobre os imóveis utilizados no Porto de Santos, de propriedade da União, e que não estão registradas no ativo imobilizado da SPA.

Considerando os julgamentos pelo E. Supremo Tribunal Federal (processos nº 3029/95, 4099/94, 1982/04, 7099/92, 5787/95 e 5765/95) através da 1ª e 2ª Turmas que reconheceram a não incidência do IPTU sobre os imóveis da União, administrados pela SPA, entendimento este confirmado mediante o julgamento pelo Pleno (Recurso Extraordinário 253472), e conforme parecer do departamento jurídico é desnecessário a constituição de provisão.

Passivos contingentes

Em 31/03/2020, o montante estimado para processos judiciais, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da empresa, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas foi de R\$ 108.850 e relacionadas a contingências cíveis foi de R\$ 39.198.

21. PROGRAMA INCENTIVADO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO - PIDV

A Diretoria Executiva, em 10 de dezembro de 2019, aprovou Programa Incentivado de Desligamento Voluntário (PIDV). O período de adesões ocorre entre 10/12/2019 a 21/04/2020 e se destina aos empregados com 30 anos de serviço na empresa e idade superior a 55 anos cumulativamente, com os desligamentos previstos de 01/05/2020 a 30/09/2020 A implantação do programa está alinhada ao plano estratégico institucional da empresa buscando alcançar o equilíbrio econômico-financeiro.

O reconhecimento da provisão para gastos com este plano ocorrerá na medida em que os empregados realizarem a adesão. Em 31/03/2020, a companhia registrou a adesão de 88 (oitenta e oito) funcionários neste programa, sendo que já houve desligamentos na companhia, conforme quadro abaixo.

	Saldo 31/12/2019	Movimentação 2020	Saldo 31/03/2020
Nº Inscritos no PIDV	21	67	88
Inscritos no PIDV em R\$	3.119	15.676	18.795
Reversão da provisão	-	-	-
Utilização por desligamento	347	2.062	2.409
Saldo final	2.772	13.614	16.386

22. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos assinados com a Administração Portuária envolvem pagamentos feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 81 do CPC 06 (R2). Os contratos com receita diferida são

PRES.69/1997, DP-DC.02/2009, DP-DC.01/2010 e DIPRE.45/2016. No resultado do exercício foi reconhecida à receita a importância de R\$ 6.427 (R\$ 25.708 em 31/12/2019, conforme composição abaixo:

	<u>PRES.69/1997</u>	<u>DP-DC.02/09</u>	<u>DP-DC.01/10</u>	<u>DIPRE.45/16</u>	<u>TOTAL</u>
Saldo em 31/12/2018	19.979	140.021	175.635	2.050	337.685
Apropriações ao resultado	(5.101)	(8.751)	(10.978)	(877)	(25.707)
Saldo em 31/12/2019	14.878	131.270	164.657	1.173	<u>311.978</u>
Apropriações ao resultado	(1.275)	(2.188)	(2.742)	(221)	(6.426)
Saldo em 31/03/2020	13.603	129.082	161.915	952	<u>305.552</u>

23. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Os recursos recebidos pela SPA, enquanto não capitalizados, sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da taxa SELIC, conforme previsto no decreto 2.673/98.

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldo em 1º de janeiro	842.444	791.715
Aumento de capital no exercício	-	-
Créditos da UNIÃO no exercício	1	3.440
Encargos financeiros - Decreto 2673/98	8.473	47.289
Saldo final	<u>850.918</u>	<u>842.444</u>

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adicional de tarifa portuária	6.476	6.476
Adiantamento de Tarifa Portuária	11.281	12.200
Cauções	4.844	4.689
Empréstimos para funcionários	338	323
Pensões Judiciais	547	540
Contribuições Sociais e Sindicais	343	312
Diversos	252	263
Total	<u>24.081</u>	<u>24.803</u>
Circulante	24.081	24.803
Não Circulante	-	-

Em 1988 foi criado o Adicional de Tarifa Portuária - ATP incidente sobre as tabelas das Tarifas Portuárias (Lei 7.700/1988 sendo que foi revogada pela Lei 9.309/1996). O Adiantamento de Tarifas Portuárias são depósitos efetuados antecipadamente pelos clientes e usuários do porto, que serão abatidas ao final dos serviços prestado, quando de sua cobrança total.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social em 31 de março de 2020 é representado por 136.827.367.225 ações ordinárias e 136.852.828.482 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. A SPA é uma empresa pública e tem como únicos acionistas a União Federal, com 273.680.195.271 ações (99,99999984%) e o Município de Santos, com 436 ações (0,00000016%).

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são provenientes das tarifas cobradas pela utilização da infraestrutura portuária e dos arrendamentos de áreas dentro do Porto organizado de Santos, apresentada abaixo:

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Receitas tarifárias		
- Utilização da infraestrutura aquaviária	134.316	120.791
- Utilização da infraestrutura terrestre	/28.409	32.231
- Energia elétrica	10.478	11.429
- Outras receitas	3.507	3.182
Receitas de arrendamento		
- arrendamentos e alugueis	105.695	102.632
(-) Imposto sobre serviços - ISS	(8.209)	(7.705)
(-) Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(1.886)	(2.057)
(-) Programa de integração social - PIS	(4.634)	(4.431)
(-) Contrib. financiamento seguridade social-COFINS	(21.344)	(20.410)
Total	<u>246.332</u>	<u>235.662</u>

27. CUSTOS OPERACIONAIS

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	37.002	41.573
Encargos sociais	11.570	12.388
Serviços de terceiros	20.377	18.962
Depreciação	11.128	11.449
Aluguéis	349	425
Utilidades, serviços e materiais	2.333	2.080
Total	<u>82.759</u>	<u>86.877</u>

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	24.456	25.534
Encargos sociais	5.550	5.112
Serviços de Terceiros	2.928	3.737
Aluguéis	1.700	1.644
Utilidades e serviços e materiais	1.819	1.861
Impostos, taxas e contribuições	832	566
Demandas judiciais	7.034	9.918
Órgãos Colegiados	907	674
Outras despesas	324	263
Total	<u>45.550</u>	<u>49.309</u>

Os órgãos colegiados da SPA possuem membros pertencentes ao Governo Federal, que poderiam ser considerados partes relacionadas. Porém, ressaltamos que não há nenhuma diferença entre os honorários pagos a eles e os outros membros não pertencentes à União.

29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Cessão do direito operacional da folha de pagamento	220	220
Indenizações e multas contratuais	134	147
Total	<u>354</u>	<u>367</u>

30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Provisões trabalhistas, cíveis e tributárias	9.055	2.818
Perda Estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	1.847
Multas	70	447
Plano de Desligamento Incentivado – PIDV	13.614	-
Custo do benefício definido – Portus – Ativo/Assistidos	19.931	-
Outras	24	17
Total	<u>42.694</u>	<u>5.129</u>

O aumento relevante deste item deve-se ao Plano de Desligamento Incentivado – PIDV que se iniciou em dezembro/2019 e deverá ser totalmente encerrado em setembro/2020 e o valor do Custo do benefício definido – Portus que não existia no ano de 2019, já que a contabilização do déficit atuarial como Plano de Benefício Definido (PBD) foi efetuada em dezembro de 2019 (Vide nota nº 18).

31. RESULTADO FINANCEIRO

A variação ocorrida neste item deve-se a variação dos índices que são utilizados para as correções e juros, mas principalmente pelo aumento nos valores das aplicações financeiras da SPA (vide nota nº 5) que geraram um rendimento maior, conforme demonstrado no quadro abaixo.

	<u>31/03/2020</u>	<u>31/03/2019</u>
Receitas Financeiras		
Juros e variação monetária	471	2.066
Rendimentos de aplicações financeiras	9.269	3.980
Outras	32	32
Subtotal	<u>9.772</u>	<u>6.078</u>
Despesas Financeiras		
Variação monetária e cambial	(2.929)	(1.239)
Juros pagos ou incorridos	(8.608)	(12.213)
Subtotal	<u>(11.537)</u>	<u>(13.452)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(1.765)</u>	<u>(7.374)</u>

A variação ocorrida neste item deve-se a variação dos índices que são utilizados para as correções e juros, mas principalmente pelo aumento nos valores das aplicações financeiras da SPA (vide nota nº 5) que geraram um rendimento maior.

32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A apuração do imposto de renda e contribuição social diferido, de acordo com as IAS 12 (norma internacional de contabilidade) e o CPC 32 (norma correspondente no Brasil), tem como objetivo prescrever o tratamento contábil a ser dado ao imposto sobre lucros, tendo em vista que o principal problema que se apresenta ao contabilizar é a forma de tratar as consequências atuais e futuras. Segundo o princípio contábil da competência, se a contabilidade já reconheceu uma receita ou lucro, tal despesa de Imposto de Renda (IR) deve ser reconhecida nesse mesmo período, mesmo que tais receitas e lucros tenham a sua tributação diferida para efeitos fiscais. O Imposto de Renda diferido ocorre quando determinados custos ou despesas, que já foram contabilizados no exercício, são dedutíveis para fins de imposto de renda, apenas em exercícios posteriores, quando efetivamente forem confirmados ou pagos, chamados de temporários. As diferenças temporárias surgem quando se inclui receitas ou despesas no resultado contábil em um período e a tributação dessas despesas são incluídas em período diferente, ou seja, há diferença entre o lucro contábil e o lucro fiscal que é utilizado para calcular o Imposto de Renda. Na SPA, a base do IRPJ e CSLL diferidos são formadas, principalmente, por Provisões trabalhistas, cíveis, créditos de

liquidação duvidosa, prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL de períodos anteriores. Os impostos diferidos estão detalhados no quadro a seguir:

DETALHAMENTO	31/12/2019			
	VALOR	IRPJ - 25%	CSLL - 9%	ATIVO DIFERIDO
Provisão Trabalhista	228.944	57.236	20.605	77.841
Provisão Cível	254.695	63.674	22.923	86.597
Cred. Liquidação Duvidosa	70.509	17.627	6.346	23.973
Base Negativa CSLL	895.507	-	80.597	80.597
Prejuízo Fiscal IRPJ	898.640	224.660	-	224.660
TOTAL	2.348.295	363.197	130.471	493.668
DETALHAMENTO	31/03/2020			
	VALOR	IRPJ - 25%	CSLL - 9%	ATIVO DIFERIDO
Provisão Trabalhista	231.358	57.839	20.821	78.660
Provisão Cível	261.337	65.334	23.520	88.854
Cred. Liquidação Duvidosa	70.509	17.627	6.346	23.973
Base Negativa CSLL	859.843	-	77.386	77.386
Prejuízo Fiscal IRPJ	863.076	215.769	-	215.769
TOTAL	2.286.123	356.569	128.073	484.642

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam realizados, conforme quadro abaixo:

2020	65.000
2021	63.000
2022	75.000
2023	64.500
2024 em diante	226.166

33. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A empresa reconhece a participação nos resultados com base no lucro atribuível aos acionistas, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

34. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: março/2020) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

ADMINISTRADORES	em reais
- maior remuneração	40.062,37
EMPREGADOS	
- maior remuneração	38.521,14
- menor remuneração	1.459,86
- salário médio	11.742,58

FERNANDO H.PASSOS BIRAL
Diretor Presidente

FERNANDO H.PASSOS BIRAL
Diretor de Administração e Finanças
(em substituição)

MARCELO RIBEIRO DE SOUZA
Diretor de Operações

BRUNO STUPELLO
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação

BRUNO STUPELLO
Diretor de Infraestrutura
(em substituição)

EUGÊNIO CARVALHO
Superintendente Financeiro

PÉRSIO BELLUOMINI MORAES
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP215355/O-0